ReGeo ISSN: 2177-3246

ENSAIO SOBRE PRÁTICAS E DISPOSITIVOS DE GOVERNAMENTALIDADE DIANTE DO DECRETO 6.094/07 NA GESTÃO EDUCACIONAL DO NOROESTE FLUMINENSE

ESSAY ON PRACTICES AND GOVERNMENTALITY DEVICES IN THE FACE OF DECREE 6.094/07 IN EDUCATIONAL MANAGEMENT IN NORTHWESTERN RIO DE JANEIRO

ENSAYO SOBRE PRÁCTICAS Y DISPOSITIVOS DE GUBERNAMENTALIDAD ANTE EL DECRETO 6.094/07 EN LA GESTIÓN EDUCACIONAL DEL NOROESTE FLUMINENSE

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-165

Data de submissão: 24/08/2026 **Data de publicação:** 24/09/2026

Pablo Silva Machado Bispo dos Santos
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: pablobispo@id.uff.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1582-8519

Adílio Jorge Marques
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
E-mail: adilio.marques@ufrrj.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9341-5357

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em mapear e sistematizar os impactos da política educacional consubstanciada no Decreto nº 6.094/2007 — Compromisso Todos pela Educação (CTE) — sobre os gestores educacionais da região Noroeste Fluminense e das tecnologias de governo nesse território. Sob a lente teórico-metodológica da análise do discurso e das noções de governamentalidade e de dispositivos de saber-poder em Michel Foucault, buscamos apreender como tais sujeitos concebem e operam essa política em suas práticas de gestão. Governamentalidade, conforme conceito dado pelo filósofo francês, será entendida como o conjunto de instituições, táticas, propostas, cálculos e saberes usados para conduzir a conduta das pessoas e, assim, gerir a população. Algo que difere do poder bruto estatal, pois há um foco em como o Estado e outras instâncias organizam a vida coletiva de forma prática e sutil. A pesquisa utilizou análise documental e observações de campo em escolas urbanas e rurais, cruzadas com entrevistas e questionários aplicados a gestores escolares e das secretarias municipais. Os resultados nos demonstram que boa parte dos gestores locais desconhecia ou operava de modo meramente formal e desqualificado com os fundamentos do CTE, revelando fissuras na condução das condutas e na capilaridade do poder estatal em âmbito regional e como uma análise da microfísica do poder.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Decreto Nº 6.094/07. Governamentalidade. Michel Foucault. Noroeste Fluminense.

ABSTRACT

The objective of this work consists of mapping and systematizing the impacts of educational policy embodied in Decree No. 6,094/2007 — Commitment All for Education (CTE) — on educational managers in the Northwest region of Rio de Janeiro State and on government technologies in that territory. Under the theoretical-methodological lens of discourse analysis and the notions of

governmentality and knowledge-power devices in Michel Foucault, we seek to understand how such subjects conceive and operate this policy in their management practices. Governmentality, as conceived by the French philosopher, will be understood as the set of institutions, tactics, proposals, calculations, and knowledge used to conduct the conduct of people and, thus, manage the population. Something that differs from raw state power, as there is a focus on how the State and other instances organize collective life in a practical and subtle way. The research used documental analysis and field observations in urban and rural schools, crossed with interviews and questionnaires applied to school managers and municipal secretariat officials. The results demonstrate that a good portion of local managers were unaware of or operated in a merely formal and unqualified manner with the fundamentals of the CTE, revealing fissures in the conduct of conducts and in the capillarity of state power at the regional level and as an analysis of the microphysics of power.

Keywords: Educational Management. Decree No. 6,094/07. Governmentality. Michel Foucault. Northwest Rio de Janeiro.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo consiste en mapear y sistematizar los impactos de la política educacional consustanciada en el Decreto nº 6.094/2007 — Compromiso Todos por la Educación (CTE) — sobre los gestores educacionales de la región Noroeste Fluminense y de las tecnologías de gobierno en ese territorio. Bajo la lente teórico-metodológica del análisis del discurso y de las nociones de gubernamentalidad y de dispositivos de saber-poder en Michel Foucault, buscamos aprehender cómo tales sujetos conciben y operan esa política en sus prácticas de gestión. Gubernamentalidad, conforme al concepto dado por el filósofo francés, será entendida como el conjunto de instituciones, tácticas, propuestas, cálculos y saberes utilizados para conducir la conducta de las personas y, así, gestionar la población. Algo que difiere del poder bruto estatal, pues hay un foco en cómo el Estado y otras instancias organizan la vida colectiva de forma práctica y sutil. La investigación utilizó análisis documental y observaciones de campo en escuelas urbanas y rurales, cruzadas con entrevistas y cuestionarios aplicados a gestores escolares y de las secretarías municipales. Los resultados nos demuestran que buena parte de los gestores locales desconocía u operaba de modo meramente formal y descalificado con los fundamentos del CTE, revelando fisuras en la conducción de las conductas y en la capilaridad del poder estatal en ámbito regional y como un análisis de la microfísica del poder.

Palabras clave: Gestión Educacional. Decreto Nº 6.094/07. Gubernamentalidad. Michel Foucault. Noroeste Fluminense.

1 INTRODUÇÃO

Em 2007, a promulgação do Decreto nº 6.094 instituiu o Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" (CTE), estabelecendo 28 diretrizes orientadas à melhoria da qualidade da educação básica no Brasil (BRASIL, 2007). Sob a promessa de alinhamento federativo, a adesão dos municípios foi formalizada mediante a assinatura de termos de compromisso pactuados em reuniões entre secretários de educação e equipes técnicas do Ministério da Educação (MEC). Ao longo dos últimos anos, os instrumentos operacionais vinculados ao CTE - notadamente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) - passaram a atravessar a gestão dos sistemas municipais e das unidades escolares de diferentes maneiras. Observa-se, contudo, que a literatura educacional frequentemente aborda esses instrumentos de forma fragmentada (AUGUSTO, 2008), limitando-se a avaliações de eficácia normativa. Poucos estudos se detêm sobre a dimensão política mais profunda desses documentos: o modo como operam enquanto arranjos discursivos e práticos destinados a moldar subjetividades e disciplinar o trabalho dos gestores locais.

Assim, para preencher essa lacuna, este artigo investiga como o CTE é concebido e traduzido em práticas pelos gestores educacionais da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, com base em dados empíricos colhidos entre 2010 e 2012. A escolha do Noroeste Fluminense justifica-se por sua peculiaridade territorial e histórica: uma região marcada por contrastes socioeconômicos, onde municípios possuem escolas distribuídas em zonas urbanas e rurais que refletem dinâmicas locais de poder muito específicas. Essa dicotomia espacial permite analisar como as tecnologias de gestão emanadas do poder central incidem em contextos socioterritoriais atravessados por lógicas políticas tradicionais e, do ponto de vista teórico, fundamentamo-nos na microfísica do poder e na analítica da governamentalidade de Michel Foucault (1996; 2008), articuladas aos aportes da análise retórica (PERELMAN, 2001; REBOUL, 2007). Podemos perceber que Michel Foucault compreende tal proposta como a articulação entre as práticas de governo dirigidas aos indivíduos e à população e os processos pelos quais os próprios sujeitos passam a governar a si mesmos.

Assim, consideramos que, de forma geral, governamentalidade não se restringe apenas ao exercício institucional do poder pelo Estado, mas um conjunto de estratégias e tecnologias que podem vir a orientar condutas, tanto no plano político quanto no ético. Aplicada no contexto ora apresentado, consiste no conjunto de instituições, procedimentos, cálculos, propostas e táticas que permitem o exercício de um poder específico que tem a população como alvo principal e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos essenciais. É nesse sentido que o autor define governamentalidade como um "encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e

as técnicas de si" (FOUCAULT, 2004, p. 784), evidenciando que o exercício do poder pressupõe simultaneamente mecanismos de sujeição e processos de constituição do sujeito.

Em assim sendo, neste trabalho entenderemos o CTE não apenas como uma norma jurídica, mas como uma rede de saber-poder concebida para direcionar a conduta dos sujeitos da gestão educacional, vindo a promover novas formas de subjetivação e controle no espaço escolar. Essa atuação nos chega de forma difusa, fazendo com que as pessoas participem ativamente da sua própria regulação e do próprio controle.

Por último, mas nem por isso menos importante, há que se considerar o momento em que o país atravessava em nível educacional, ou seja, uma espécie de "vácuo' legiferante, na medida em que o Plano Nacional de Educação vigente (2001-2011) teve sua implantação quase que totalmente adstrita ao texto legal, o que faz com que o Governo Federal por meio do Decreto 6094/07 precise realizar uma série de ações executivas (algumas em caráter emergencial) para garantir o mínimo de governabilidade em matéria de Gestão Educacional (VIEIRA & MARQUES, 2019).

No presente artigo analisamos o *modus operandi* dessas ações no que se refere à apropriação e ressignificação das mesmas por gestores educacionais do Noroeste Fluminense, a Região com menor PIB do Estado do Rio de Janeiro.

2 A GOVERNAMENTALIDADE E AS TECNOLOGIAS DE PODER NA GESTÃO EDUCACIONAL

No intuito de compreender a penetração de políticas públicas nacionais nos contextos locais, faz-se imperativo abandonar a ideia de que o poder do Estado opera unicamente pela via da repressão ou da pura coerção legal. Ainda a partir de Foucault (2008), passamos a entender o Estado moderno não como um monstro frio e distante, mas sendo o resultado de um processo histórico de máquina de gestão governamental.

Nós podemos perceber que, no campo educacional, políticas como o CTE representam a emergência de uma racionalidade governamental neoliberal, assim como o Estado deixa de ser o único provedor direto da educação para atuar como um regulador de condutas e um avaliador de resultados. O Decreto nº 6.094/07 institui um regime de verdade estatístico ancorado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo que este parece funcionar aqui como uma tecnologia biopolítica foucaultiana: ele não atua sobre o indivíduo isolado, mas sobre a população escolar, estabelecendo normativas de risco, metas de fluxo e índices de aprovação que os gestores locais devem internalizar e perseguir.

No cenário aqui descrito, a distinção entre redes e sistemas de ensino ganha novos contornos analíticos. Segundo Cervi (2005), uma rede de ensino constitui um agrupamento de escolas delimitadas geograficamente. Já um sistema de ensino, conforme assinala Baia Horta (1981), ultrapassa a circunscrição territorial ao dotar a estrutura educacional de organicidade e autonomia político-administrativa. Sob a lente foucaultiana, a "autonomia" conferida aos municípios que formam seus próprios sistemas não é a simples doação de liberdade, mas a transferência de tecnologias de autogoverno. O poder central descentraliza a execução, mas hiper centraliza o controle por meio da avaliação. Exige-se que o gestor municipal e escolar no Noroeste Fluminense se torne o seu próprio vigilante (um panoptismo internalizado), responsável por alinhar suas políticas locais ao padrão normativo do MEC. Se as políticas públicas, para Frey (2000), consistem em programas gestados pelo Estado para conformar a sociedade, sob a ótica de Foucault, elas são formadas por práticas divisórias e discursos normativos. O CTE atua promovendo a inclusão de redes produtivas e a exclusão simbólica das supostas ineficiências, utilizando o discurso da gestão democrática não apenas como meta participativa, mas como técnica de responsabilização (*accountability*) da própria comunidade pelos sucessos ou fracassos da escola.

3 A MICROFÍSICA DO PODER APLICADA: O TERRITÓRIO COMO CAMPO DE ANÁLISE

A capilaridade do poder, conceito central na obra foucaultiana (FOUCAULT, 1987), nos ensina que as grandes estratégias estatais precisam se materializar nos corpos, nos gestos, nas rotinas e nos micropoderes locais para terem efetividade. O Decreto aqui estudado e que emana de Brasília (macropoder) encontra no Noroeste Fluminense um campo fértil de alianças, resistências e distorções. Esta região do Estado do Rio de Janeiro é historicamente marcada por uma economia agrária e por arranjos políticos que, muitas vezes, flertaram com o coronelismo e o clientelismo, transmutados hoje em lógicas de gestão administrativa personalista. Quando o CTE exige gestão democrática, conselhos atuantes e transparência de recursos, ele se choca diretamente com a cultura política local - um saber-fazer cristalizado nas relações de parentesco, no favor político e na centralização de decisões na figura do Secretário de Educação ou do Diretor da Escola e, portanto, analisar a implementação do CTE nesta região é observar o embate entre duas racionalidades: a racionalidade governamental técnico-estatística do Estado moderno (MEC) *versus* a racionalidade das táticas locais de exercício do poder (municípios do Noroeste). Foucault alerta-nos que, onde há poder, há resistência, e, neste caso, a resistência não se dá necessariamente por motins ou rejeições abertas ao programa, mas por meio do

silenciamento, do esvaziamento semântico e do simulacro burocrático (assina-se o plano, mas não se muda a prática).

4 A METODOLOGIA

A pesquisa inicial fundamentou-se em uma abordagem qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2001), voltada à compreensão do modo como os comportamentos se instituem e se perpetuam no tempo, recusando a simples mensuração estatística que ignora os jogos de verdade locais. A coleta operou-se mediante análise documental de planos e programas locais desenvolvidos pelas secretarias, bem como propostas de trabalho das escolas. Foram delimitadas duas categorias de sujeitos:

1. Gestores de ensino das secretarias de educação: Secretários, subsecretários e assessores, que representam o nó cego entre as exigências do Estado-Nação e a realidade municipal.
2. Gestores escolares: Diretores, orientadores e coordenadores, sujeitos que estão na ponta do dispositivo disciplinar, em contato direto com a população gerida (professores, alunos e comunidade).

Em cada município, investigaram-se quatro escolas (duas rurais e duas urbanas), selecionadas pelo critério de maior e menor porte (número de alunos). Essa configuração permitiu captar como as tecnologias do CTE impactam a gestão em realidades demográficas díspares, evidenciando as possíveis fissuras da malha de poder.

5 O DISPOSITIVO CTE EM AÇÃO

Os dados foram sintetizados em categorias analíticas criadas a partir das falas, documentos e observações. Abaixo, operamos a desconstrução crítica desses achados à luz da analítica foucaultiana. Vejamos:

5.1 CATEGORIA “G”: TIPO/MODELO DE GESTÃO E AS FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO:

O modo como o diretor ou secretário gere a coisa pública revela qual tecnologia de poder ele incorpora em seu *habitus* profissional (BOURDIEU, 2003).

- Subcategoria g01 (gestão personalista-centralizadora): Revela a permanência de um poder soberano em pleno século XXI. O dirigente centraliza as decisões e se apropria dos resultados. O discurso do CTE sobre conselhos democráticos é transformado em dispositivo formal vazio. O gestor atua

como o "senhor" da instituição, onde os processos decisórios são submetidos à sua vontade pessoal, obliterando qualquer possibilidade de capilaridade democrática.

- Subcategoria g02 (gestão personalista-descentralizadora): Caracteriza-se por um modelo de vigilância hierárquica ou panoptismo flexível (FOUCAULT, 1987). As tarefas são delegadas, criando uma aparente descentralização, mas o controle estrito dos resultados permanece centralizado. Há uma relação assimétrica de poder que simula a adesão às diretrizes do CTE, mas na verdade opera pela lógica da vigilância contínua.
- Subcategoria g03 (gestão potencialmente democrática): Ocorre quando há mobilização interna (professores e gestores), mas a sociedade civil (Conselho Escolar) permanece inoperante. Aqui, o saber-poder circula apenas entre os *especialistas* (o corpo técnico). O dispositivo disciplinar escolar fecha-se em si mesmo, impedindo a invasão do olhar da comunidade externa.
- Subcategoria g04 (gestão democrática): Configura a efetivação da condução das condutas no sentido esperado pela nova governamentalidade liberal. Sociedade civil, conselhos e equipe integram-se no monitoramento do IDEB e na elaboração pedagógica. O poder aqui não é coercitivo, mas produtivo: os próprios cidadãos vigiam e avaliam a instituição, introjetando as metas do MEC.

5.2 CATEGORIA "C": CIRCULAÇÃO DOS SABERES (CONHECIMENTO SOBRE O CTE)

Michel Foucault (1996) estabelece a indissociabilidade entre Saber e Poder. Não há exercício de poder sem a constituição de um campo de saber correspondente:

- Subcategoria c01 (desconhecimento formal): O desconhecimento absoluto do CTE por vários gestores é o dado mais revelador do estudo. Esse "não saber" atua como uma barreira de contenção que impede a capilaridade da política federal no Noroeste Fluminense. A ausência de significado atribuído às 28 metas demonstra o colapso do dispositivo de poder federal no contato direto com o solo político local.
- Subcategoria c02 (conhecimento estritamente formal): O gestor decora a norma jurídica, mas não a articula à prática. O texto do CTE é tratado como retórica (REBOUL, 2007) burocrática, servindo apenas para preencher formulários do PAR, sem alterar o regime de verdade da gestão escolar.
- Subcategoria c03 e c04 (conhecimento operacional e integrado): Revelam graus crescentes em que o gestor local se tornou um sujeito da governamentalidade, dominando as técnicas do programa e utilizando-as para induzir ações participativas. Nesses casos raros, o saber oficial é hibridizado com as necessidades táticas da escola, gerando reais efeitos políticos.

5.3 CATEGORIA “OP”: OPINIÃO SOBRE O CTE E OS DISCURSOS DE VERDADE

- op01 (favorável ao CTE): Gestores que adotam o discurso de verdade do Ministério da Educação. Vêem no Plano uma tecnologia racionalizadora capaz de salvar a escola da ineficiência.
- op02 (desfavorável): Gestores que resistem ao dispositivo. Compreendem, muitas vezes de modo intuitivo, que as 28 metas retiram a autonomia local e instituem uma “ditadura dos índices”. A resistência aqui é uma luta contra a homogeneização das condutas.
- op03 (neutralidade): O imobilismo e a esquiva funcionam como mecanismos de autodefesa política e burocrática. Diante de normativas que não se adequam à realidade local, opta-se pelo silêncio institucional.

5.4 CATEGORIA “E”: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Se o CTE é uma estratégia de Estado (macro), a forma como ele é implementada revela as *táticas* (micro) dos sujeitos locais.

-e01 e e02 (Inexistência ou ações não registradas): A ausência de estratégias formais é, paradoxalmente, uma ação política. Ocultar práticas ou não sistematizar ações em documentos oficiais impede a prestação de contas, garantindo a manutenção do poder nas mãos dos coronéis da burocracia local, alheios ao controle social exigido pelo Decreto.
- e03 (Estratégias restritas à equipe): Tática de “blindagem” da instituição. A equipe de gestão opera o PDE-Escola, mas bloqueia o acesso do Conselho Escolar. Mantém-se o monopólio da gestão financeira e pedagógica.
- e04 (Estratégias participativas e documentadas): Demonstram a efetividade do dispositivo governamental. Quando o gestor, os professores e a comunidade operam conjuntamente os instrumentos do CTE, o poder circula de forma relacional, horizontalizando as decisões e cumprindo o ideário da CF/1988 e da LDB 9394/96.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação, acerca dos impactos do Decreto nº 6.094/07 no Noroeste Fluminense, buscou ser um ensaio para a provocação de reflexões sobre uma realidade complexa, irredutível à dicotomia simplista entre o sucesso ou o fracasso da política pública. Sob a ótica do referencial teórico usado, Michel Foucault, o que presenciamos na região é um intenso e silencioso campo de batalhas entre diferentes racionalidades políticas. Assim, podemos propor que o “Compromisso Todos pela

Educação" funciona como uma vasta arquitetura de governamentalidade, vindo a buscar, por meio de 28 metas, disciplinar os gestores, incitar a população escolar à autoavaliação (via IDEB e PAR) e normalizar o conceito de qualidade da educação em todo o território nacional. Contudo, ao adentrar as zonas urbanas e rurais dos municípios fluminenses investigados, o dispositivo federal se choca com microfísicas de poder enraizadas localmente.

Verificamos que um contingente significativo de gestores educacionais operava na base do desconhecimento (c01) ou da aplicação meramente formal (c02) da política, sustentando modelos de gestão centralizadores e personalistas (g01 e g02). Tal cenário demonstra que o Estado não detém o monopólio absoluto do poder, e que leis gestadas em Brasília não alteram magicamente a cultura institucional das prefeituras. As resistências locais táticas, seja pelo imobilismo, pelo silêncio ou pela criação de simulacros documentais, revelam a força do *status quo* regional, frequentemente refratário ao controle social e à transparência.

Com base no que fora trazido como dos construídos, entendemos que o estudo indica que a imposição de decretos e índices, por si só, é insuficiente para garantir a gestão democrática. É preciso intervir na formação política e discursiva dos gestores e da sociedade civil, desconstruindo regimes de verdade autoritários, sob pena de que políticas avançadas de educação continuem a ser engolidas pela inércia burocrática e pelos jogos de poder locais (MARQUES, 2018). Logo, parece-nos que o processo de descoberta, quando o aluno está em seu processo de formação inicial, pode levá-lo a se enveredar pelo caminho da ciência e, possivelmente, despertar a vontade de ser pesquisador, tendo em vista que o que se aprende quando criança ou adolescente pode marcar por toda a vida. Destaca-se, portanto, a importância do professor que aguça nos discentes a curiosidade pelas pesquisas (FERREIRA & MARQUES, 2019).

À guisa de conclusão indicamos que novos estudos que partam dos dados que oram analisados, tratados e expostos no presente artigo podem ganhar relevo heurístico no que concerne à sua inserção em futuros estudos. Para tanto, sugerimos os seguintes encaminhamentos: a) Replicar o instrumento de pesquisa nas mesmas localidades na atualidade e comparar os resultados; b) Considerar o atual contexto relativo à macro política educacional brasileira (especialmente analisando os textos do Plano Nacional de Educação 2015-2024 e o Plano Nacional de Educação 2026-2035) no que concerne às diferenças e similaridades entre estes planos e o CTE (Decreto 6094/07), especialmente no que diz respeito à Gestão Educacional (em nível escolar e no nível dos sistemas de ensino municipais e estaduais) e estabelecer uma comparação relativa ao cenário da Política Educacional, de modo a historicizar os dados; c) De modo a ampliar a compreensão dos fenômenos de ressignificação da

Politica Educacional Nacional pelos gestores, revisitar as categorias temáticas e mapear as mudanças e permanências ao longo dos (aproximadamente) vinte anos da promulgação do Decreto 6094/07.

Por último, mas nem por isso menos importante, entendemos que o artigo ora publicado não representa a última palavra no que se refere ao objeto estudado, de modo que pode e deve ser atualizado e modificado a partir de novos achados, refletindo o caráter aberto e ao mesmo tempo incompleto do progresso do pensamento científico, o qual se desenvolve a partir de rupturas sucessivas e se estabelece mediante a construção de "verdades provisórias" (BACHELARD, 2001) prontas a serem modificadas na medida em que a ciência avança mediante os novos confrontos entre teoria e empiria decorrentes de estudos recorrentes sobre o tema desenvolvidos por outros pesquisadores e/ou em novos espaços e tempos históricos pois estes configuram um "novo real" a ser apreendido pela pesquisa sistemática e atual.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Lucivan Silva. **Caracterização do Plano de Ações Articuladas - PAR do ponto de vista das políticas educacionais brasileiras**. Campo Grande: Instituto de Educação da UFMT, 2007.

BACHELARD, Gaston. **O Novo Espírito Científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2003.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa educacional: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

CANÁRIO, Rui. A escola: das promessas às incertezas. **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 74-81, 2008.

CERVI, Rejane. **Padrão estrutural do sistema de ensino no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2005.

FERREIRA, Matheus Lopes; MARQUES, Adílio Jorge. A importância do incentivo à pesquisa para o ensino de Química. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 7, 9 de abril de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: considerações metodológicas acerca do tema. **Teoria Política**, São Paulo, v. 16, n. 67, p. 136-159, abr./jun. 2000.

HORTA, José Silvério Baia. Planejamento educacional. *In*: TRIGUEIRO MENDES, Durmeval (org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Adílio Jorge.
As duas culturas no contexto escolar. **Gnarus Revista de História**, v. 9, p. 224-232, 2018.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SETTON, Maria das Graças Jacintho. A teoria do habitus de Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

VIEIRA, Larissa Maria Gemino Alves; tecno, Adílio Jorge.
A interdisciplinaridade e a tecnologia como alternativas aos métodos disciplinares na educação. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 6, 2019.